

Ano 27 - nº 6.908 – 28 de setembro de 2023

Bancários cobram negociação efetiva sobre metas

O Comando Nacional dos Bancários e as Comissões de Organização dos Empregados (COEs) se reuniram nesta quarta-feira (27) para organizar as ações e dar andamento às resoluções aprovadas na 25ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.



“Aprovamos uma série de ações para implementar e avançar nas negociações específicas sobre cobrança de metas e combate ao adoecimento da categoria e também para construção e divulgação de campanhas para o fortalecimento das negociações coletivas e sobre a importância do sindicato para a sociedade”, disse a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Juvandia Moreira.

Entre as principais ações a serem realizadas estão as manifestações para cobrar que os bancos negociem efetivamente as formas de estabelecimento de metas e de cobrança pelo seu cumprimento.

“A cláusula 87 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, negociada na Campanha Nacional dos Bancários de 2022, determina que o tema das metas e as formas de seu acompanhamento pelos bancos deveria ter sido incluído na pauta da primeira reunião de negociações de 2023 com as comissões de organização de empregados”, ressaltou Juvandia. “Alguns bancos sequer pautaram o tema. Outros, se negam a negociar. Por isso, vamos orientar que sejam intensificadas as manifestações contra estes bancos, para que eles cumpram o que determina nossa convenção”, completou.

Segundo dados da Consulta Nacional às bancárias e bancários de todo o país, realizada em julho de 2023, para 68% da categoria, a cobrança abusiva de metas causa preocupação constante com o trabalho; para 61% causa cansaço e fadiga constante; para 52% leva à desmotivação e vontade de não ir para o trabalho.

Tramitação do PL que cria normas de combate a doenças psíquicas no trabalho é retomada

Parado durante dois anos, na gestão Jair Bolsonaro (PL-RJ), o Projeto de Lei 3588 teve a sua tramitação retomada nesta quarta-feira (27), em audiência pública, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Além dos parlamentares, participaram dirigentes de centrais e de entidades sindicais bancárias e de diversas outras categorias, além de representantes do governo federal.

O PL 3588, de autoria do deputado Alexandre Padilha (PT-SP), hoje ministro das Relações Institucionais, apresentado em 2020, prevê que o governo deverá editar uma norma regulamentadora (NR) com medidas de prevenção e gestão de riscos no ambiente de trabalho, que podem afetar a saúde mental dos trabalhadores (riscos psicossociais).

Segundo a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-Osha, na sigla em inglês) entre os fatores que aumentam os riscos psicossociais estão carga de trabalho excessiva, falta de clareza na definição das funções, má gestão de mudanças organizacionais e assédio.

- Leia as matérias completas em nosso site -